

**ANÁLISE EDUCACIONAL DOS ACORDOS BILATERAIS DA RÚSSIA SOBRE
SEGURANÇA ALIMENTAR**

***ANÁLISIS EDUCATIVO DE LOS ACUERDOS BILATERALES DE RUSIA SOBRE
SEGURIDAD ALIMENTARIA***

***EDUCATIONAL ANALYSIS OF THE RUSSIA'S BILATERAL AGREEMENTS ON
FOOD SECURITY***

Anna A. BEZUGLYA¹
Irina S. CHALYKH²
Vladimir P. KAMYSHANSKY³
Marina V. MARKHGEYM⁴
Alevtina E. NOVIKOVA⁵

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados da análise jurídica e educacional dos acordos bilaterais da Rússia com outros estados parceiros sobre a questão da garantia de vários aspectos da segurança alimentar: comércio de trigo e produtos processados a partir dele; condições de abastecimento de peixe e marisco, produtos à base de plantas em termos de teor de pesticidas, nitratos e nitritos. Fica estabelecido que a responsabilidade legal e a certificação de produtos são importantes formas de garantia da segurança alimentar dos estados. No entanto, a implementação de tais garantias é totalmente dificultada pela formalização das relações bilaterais da Rússia com os Estados parceiros no âmbito de memorandos que não acarretam consequências iminentes às normas do direito internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar. Tratado internacional. Análise educacional. Responsabilidade jurídica.

¹ Universidade Nacional de Pesquisa de Belgorod, Belgorod – Rússia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4651-9257>. E-mail: bezug.21@gmail.com

² Universidade do Estado de Pitirim Sorokin Syktyvkar, Komi Republic – Rússia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7854-0475>. E-mail: chalykh.il@gmail.com

³ Instituição educacional de ensino superior profissional financiada pelo Estado Federal «Universidade Agrária do Estado de Kuban», Krasnodar – Rússia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5441-328X>. E-mail: vladimir.p23@yahoo.com

⁴ Universidade Nacional de Pesquisa de Belgorod, Belgorod – Rússia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0435-6552>. E-mail: marina.vv@mail.ru

⁵ Universidade Nacional de Pesquisa de Belgorod, Belgorod – Rússia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7001-4908>. E-mail: novikova_a@bsu.edu.ru

RESUMEN: Este artículo presenta los resultados del análisis legal y educativo de los acuerdos bilaterales de Rusia con otros estados socios sobre el tema de garantizar varios aspectos de la seguridad alimentaria: comercio de trigo y sus productos procesados; condiciones para el suministro de pescados y mariscos, productos de origen vegetal en cuanto al contenido de pesticidas, nitratos y nitritos. Se establece que la responsabilidad legal y la certificación de productos son formas importantes de garantizar la seguridad alimentaria de los estados. Sin embargo, la implementación de tales garantías se ve totalmente obstaculizada por la formalización de las relaciones bilaterales de Rusia con los estados socios en el marco de memorandos que no conllevan consecuencias inmanentes a las normas del derecho internacional.

PALABRAS CLAVE: Seguridad alimentaria. Tratado internacional. Análisis educativo. Responsabilidad jurídica.

ABSTRACT: This article presents the results of legal and educational analysis of Russia's bilateral agreements with other partner states on the issue of ensuring various aspects of food security: trade in wheat and its processed products; conditions for the supply of fish and seafood, plant-based products in terms of the content of pesticides, nitrates and nitrites. It is established that legal liability and product certification are important types of guaranteeing the food security of the states. However, the implementation of such guarantees is fully hindered by the formalization of Russia's bilateral relations with partner states within the framework of memoranda that do not entail consequences that are immanent in the norms of international law.

KEYWORDS: Food security. International treaty. Educational analysis. Legal responsibility.

Introdução

Segurança alimentar, tendo em conta a interpretação doutrinária (PORTER *et al.*, 2014; BROWN; FUNK, 2008; MAXWELL, 1996; CARVALHO, 2006), bem como as disposições do direito internacional, é parte integrante da segurança nacional do Estado (BELYAEVA; BELYAEV, 2018; BELYAEV *et al.*, 2018), a preservação do Estado e da soberania, o componente mais importante da política demográfica (SEKHAMPU, 2017) o sistema de suporte à vida, uma condição necessária para a proteção da saúde, atividade física, longevidade e alta qualidade de vida (DADALKO, 2014).

A segurança alimentar é um problema não só para um único país, mas também para todos os estados. Ao mesmo tempo, quase todos os estados desenvolvem um certo sistema de medidas pelas quais este problema é resolvido. (DONOKOV; LIPICH, 2016).

Um quadro jurídico regulamentar foi formado a nível nacional para garantir o tipo de segurança declarado na Federação Russa. No entanto, devido à natureza transfronteiriça da questão, as relações bilaterais e multilaterais da Rússia com outros estados no que diz respeito

à implementação de medidas de segurança alimentar são objetivas. Neste trabalho, o autor centra-se na análise dos acordos bilaterais da Rússia com outros estados parceiros sobre esta questão.

Métodos

A base metodológica do estudo foi uma combinação de métodos científicos gerais e métodos científicos privados de cognição científica.

A abordagem metodológica científica geral permitiu definir o âmbito deste estudo, os parâmetros do conceito principal, bem como identificar os principais aspectos e problemas do tema em consideração.

O documento utiliza principalmente um método comparativo para identificar e analisar de forma abrangente os acordos bilaterais existentes sobre a garantia da segurança alimentar celebrados entre a Rússia e os seus estados parceiros.

Resultados e discussão

Com base nas disposições do nível internacional universal, é necessário combinar esforços e experiências para trabalhar no âmbito da parceria global sobre agricultura, segurança alimentar e nutrição (UN, 2009). Em particular, tendo em conta a norma acima referida, a Federação Russa está a desenvolver a cooperação bilateral em vários aspectos da segurança alimentar.

A seguir, apresentaremos os resultados da nossa análise, que permitiu sistematizar os acordos existentes, dependendo do objeto do tratado internacional.

Assim, o trigo e os seus produtos transformados são objeto de acordos entre a Rússia e outros estados parceiros. Deve-se enfatizar que a Federação Russa é um importador tradicional de grãos, portanto os acordos existentes são direcionados a prevenir consequências negativas na cooperação formal para a Rússia.

Existe um acordo entre o Ministério da Agricultura da Federação Russa e o Ministério do Poder Popular relativo à agricultura industrial e terrenos da República Bolivariana da Venezuela para garantir requisitos de segurança e fitossanitários para a exportação de trigo e seus produtos processados da Rússia para a Venezuela (Agreement..., 2017). O acordo foi celebrado e entrou em vigor em 2017. Tinha por objeto a criação pelas partes das condições mais favoráveis para o comércio de trigo e seus produtos transformados; o desenvolvimento e

o fortalecimento da cooperação mútua e a garantia da segurança e do cumprimento dos requisitos fitossanitários para o trigo e seus produtos processados, de acordo com a legislação da República Bolivariana da Venezuela (Agreement..., 2017, Article 2).

Acreditamos que a parte definitiva do acordo, que reflete as definições de trigo e dos seus produtos transformados (Agreement..., 2017, Article 3), é importante.

A regra universal de cooperação sob este acordo é que cada entrega de trigo e seus produtos processados deverá cumprir as normas e requisitos aplicáveis da legislação do estado importador e ser acompanhada por um documento reconhecido pela parte importadora com informações, entre outras coisas, sobre os resultados de testes laboratoriais para o teor de micotoxinas no trigo e seus produtos processados (Agreement..., 2017, Article 4).

As demais disposições do acordo são dedicadas à interação, bem como às questões institucionais necessárias.

A título de exemplo, podemos citar entre os primeiros a interação relativa à transmissão de informações pelas autoridades competentes das partes entre si sobre a estrutura das suas organizações, o âmbito de responsabilidade, bem como a comunicação dos nomes das pessoas de contacto nomeadas para resolver problemas técnicos que possam surgir durante a implementação do acordo (Agreement..., 2017, Article 5).

Quanto à parte institucional, se necessário, as autoridades competentes das partes têm o direito de constituir um grupo de trabalho com o posterior acordo sobre a ordem do dia, data e local da sua reunião (Agreement..., 2017, Article 8).

Também é dada importância às questões de certificação de produtos no acordo. Assim, cada lote de trigo russo exportado e seus produtos processados é acompanhado de um certificado fitossanitário, que inclui informações sobre a desinfecção (fumigação) realizada, com indicação de agrotóxico, dose, temperatura e tempo de processamento. (Agreement..., 2017, Article 7).

Na nossa opinião, é a certificação dos produtos que é importante para garantir a segurança alimentar dos países.

Deve-se notar que o assunto em consideração é o memorando sobre a cooperação entre o Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária (Federação Russa) e o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da República da Turquia no domínio da garantia da qualidade e segurança de grãos e seus produtos processados (datado de 12 de maio de 2010) (Memorandum..., 2017). O memorando não é um tratado internacional e não cria os direitos e obrigações regulados pelo direito internacional para os Estados membros.

O memorando contém uma parte terminológica (“grãos”, “produtos de processamento de grãos”, “certificado de qualidade e segurança de grãos e seus produtos processados”, “requisitos de qualidade e segurança de grãos e seus produtos processados”).

As disposições do memorando, tal como o acordo acima referido, são maioritariamente informativas, incluindo o aspecto da certificação do produto.

Não existem mecanismos institucionais para implementar o memorando. Nesta parte, as partes fixaram o formato da consulta.

Avaliamos positivamente a inclusão no memorando da norma sobre as consequências do não cumprimento dos requisitos de segurança para a qualidade dos grãos e seus produtos processados. Neste caso, as Partes reservam-se o direito de devolver grãos e seus produtos processados à organização exportadora, realizar a desinfecção dos grãos e seus produtos processados ou processamento em tempo parcial de grãos e seus produtos processados, a fim de trazer sua condição para os indicadores de qualidade e segurança estabelecidos pelos atos normativos da parte importadora. Em caso de impossibilidade de desinfecção ou processamento a tempo parcial, têm direito à sua destruição, sendo obrigatória a notificação à outra parte da não conformidade dos produtos fornecidos com os requisitos de qualidade e (ou) segurança em cada caso individual.

Se uma das partes não cumprir as disposições deste memorando, a outra parte, por sua vez, reserva-se o direito de suspender temporariamente a importação de grãos e seus produtos processados em seu território até que as razões para a introdução de tal medida sejam eliminadas pela parte exportadora (Memorandum..., 2017, clause 5).

Acreditamos que a vertente da responsabilidade jurídica está objetivamente associada à garantia da segurança alimentar.

Outra área da cooperação bilateral da Rússia com os estados parceiros é a segurança dos recursos biológicos aquáticos e dos seus produtos processados, bem como as condições para o fornecimento de peixe e marisco de vários países para a Rússia. (Memorandum..., 2011; Memorandum..., 2010; Memorandum 2010].

Antes de proceder à caracterização dos documentos bilaterais nesta matéria, esclareçamos que os mesmos, bem como os documentos subsequentes por nós identificados, têm a forma de memorando. Como já observamos, tal documento não acarreta para as partes as consequências das normas do direito internacional.

Usando o exemplo do memorando da Federação Russa e da República de Cingapura, consideraremos as principais disposições sobre a implementação pelos estados de medidas destinadas a garantir a segurança dos recursos biológicos aquáticos e seus produtos

processados, no que diz respeito às condições de fornecimento de peixes e frutos do mar de Cingapura para a Rússia (Memorandum..., 2011).

Para controlar efetivamente esses suprimentos, o Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária (doravante - Rosselkhoznadzor) e a Agência de Controle de Produtos Vegetais e Animais (doravante - AVA), responsáveis pela segurança dos recursos biológicos aquáticos e seus produtos processados, acordaram numa série de medidas administrativas.

Assim, o memorando estabelece requisitos para peixes e frutos do mar. Eles só podem ser provenientes de produção de pescado, empresas de processamento de pescado (navios) e refrigeradores aprovados pelo Rosselkhoznadzor para serem exportados para a Federação Russa (cláusula 1). A este respeito, a Parte 17 da AVA garante que os peixes e mariscos produzidos nas empresas da República de Cingapura e exportados da República de Cingapura para a Federação Russa cumprem os atuais requisitos veterinários e sanitários; tomará todas as medidas necessárias para evitar possíveis entregas de peixe e marisco no território da Federação Russa que não cumpram estes requisitos (cláusula 3).

Dado o estatuto de Cingapura como fornecedor de produtos nestas relações jurídicas, é natural que a AVA seja responsável pela supervisão regular das empresas (navios) aprovadas para garantir que os requisitos veterinários e sanitários relevantes sejam cumpridos de forma contínua. Se, no âmbito dessa supervisão, se verificar que a empresa (navio) aprovada não cumpre estes requisitos, a AVA suspende as entregas dessa empresa e notifica o Rosselkhoznadzor do fato (cláusula 5). A Rússia reexaminará a aprovação dessa empresa (navio) com base nas garantias fornecidas pela AVA, declarando que as deficiências foram corrigidas e que a empresa (navio) cumpre novamente estes requisitos, ou, dependendo do grau e da natureza do risco, após inspeção do Rosselkhoznadzor, pelo menor período possível (cláusula 7).

Além disso, o Rosselkhoznadzor tem o direito de realizar inspeções na República de Cingapura para verificar as garantias. Estas inspeções podem incluir inspeções no local de um determinado número representativo de empresas (navios) determinado pelo Rosselkhoznadzor, tendo em conta as declarações dos importadores russos, com base na análise de risco da lista fornecida pela AVA. O Rosselkhoznadzor submeterá o relatório de inspeção à AVA e considerará possíveis comentários deste último. Com base nos resultados da inspeção, a lista existente poderá ser alterada (cláusula 6).

O memorando também descreve a cooperação institucional nesta área. Assim, o Rosselkhoznadzor e a AVA chegaram a um entendimento sobre a necessidade de continuar um

diálogo construtivo sobre a regulação da questão do abastecimento de peixe e marisco da República de Cingapura à Federação Russa e concordaram em estabelecer um grupo permanente de peritos de representantes do Rosselkhoznadzor e o AVA, a fim de resolver eficazmente as questões que surgem no processo de comércio de produtos de origem animal entre a República de Cingapura e a Federação Russa (cláusula 10).

Infelizmente, a interação da Rússia com outros países também é determinada no que diz respeito à segurança dos produtos vegetais em termos do conteúdo de pesticidas, nitratos e nitritos ao nível dos memorandos (Memorandum..., 2009).

Usando o exemplo do memorando entre a República da Sérvia e a Federação Russa, revelaremos os fundamentos básicos dessa cooperação, a fim de garantir a segurança dos produtos alimentares à base de plantas para a saúde humana (doravante denominados produtos vegetais) exportados da Sérvia para Rússia (Memorandum..., 2009).

Assim, a interação de informações se resume ao seguinte:

- o Partido Sérvio notifica o Partido Russo dos resultados da monitorização do teor de pesticidas, nitratos e nitritos nos produtos alimentares de base vegetal da República da Sérvia. Cada lote de produtos alimentares à base de plantas entregue da Sérvia à Rússia deve ser acompanhado de informações sobre os pesticidas utilizados durante a sua produção e armazenamento, indicando a data do último processamento;

- a Parte Russa notifica a Parte Sérvia dos resultados do monitoramento da segurança dos produtos vegetais fornecidos pela República da Sérvia à Federação Russa em relação ao conteúdo de pesticidas, nitratos e nitritos.

Para detalhar as ações de avaliação da Federação Russa, o memorando estabelece as seguintes disposições: se a legislação russa não estabelecer o nível máximo permitido (doravante denominado MPL) do teor de pesticidas, nitratos e nitritos para qualquer tipo de produto, então o MPL é aplicado aos produtos mais próximos pertencentes ao mesmo grupo de produtos estabelecido pela legislação russa; se o MPL não for estabelecido para o grupo de produtos, aplica-se o MPL do Codex Alimentarius; se não existir um MPL estabelecido pelo Codex Alimentarius, será aplicado o MPL estabelecido pela legislação da Sérvia (cláusula 3).

A fim de implementar as disposições do memorando, a Parte Russa tem o direito de visitar a Sérvia (mediante acordo prévio) para se familiarizar no local com o sistema sérvio de monitorização do teor residual de pesticidas, nitratos e nitritos nos produtos alimentares à base de plantas destinados à exportação para a Rússia, bem como verificar laboratórios que realizam pesquisas sobre esses produtos.

Claro, é aconselhável fixar as medidas de responsabilidade no memorando. Assim, se a Parte Russa encontrar casos repetidos em que as remessas de produtos alimentares à base de plantas de um determinado tipo provenientes da Sérvia não cumprem os critérios de segurança, em conformidade com os requisitos da legislação russa relativos ao teor de pesticidas, nitratos e nitritos, a Parte Russa terá o direito de tomar medidas restritivas apropriadas, incluindo a exigência de que cada lote de produtos alimentares à base de plantas relevantes fornecido à Rússia pela Sérvia seja acompanhado de um certificado de segurança em termos de teor de pesticidas, nitratos e nitritos com o aplicação de um relatório de teste para esses indicadores, de acordo com os níveis máximos permitidos de pesticidas, nitratos e nitritos nele contidos, estabelecidos pela legislação russa na forma conforme anexo.

Ao mesmo tempo, o certificado de segurança é emitido por laboratórios estatais ou privados autorizados, que podem ser verificados pela Parte Russa.

Se a Parte Russa estabelecer em um processo legal restritivo (MAKOGON, 2019) deficiências significativas orientadas ao risco (KORNYUSHKINA, 2017) na metodologia de teste do produto, ou se a Parte Russa descobrir fatos que indiquem que o certificado de segurança não reflete a condição real do produto, a Parte Russa terá o direito de não aceitar os certificados de segurança emitidos pelo laboratório que cometeu a violação. A Parte Russa notificará a Parte Sérvia o mais rápido possível.

As consequências negativas apresentadas devem ser eliminadas para uma maior cooperação construtiva das partes.

Conclusões

A responsabilidade legal e a certificação de produtos são formas importantes de garantir a segurança alimentar dos estados. No entanto, a implementação de tais garantias é totalmente dificultada pela formalização das relações bilaterais da Rússia com os Estados parceiros no âmbito de memorandos que não implicam consequências iminentes às normas do direito internacional.

Para concluir, notamos a especialização das autoridades que representam os estados no âmbito dos acordos.

Todas as áreas de cooperação entre a Rússia e outros Estados que consideramos são necessárias para garantir a segurança alimentar e, acreditamos, requerem iniciativa na substituição dos memorandos por tratados internacionais completos.

REFERÊNCIAS

Agreement between the Ministry of agriculture of the Russian Federation and the Ministry of people's power concerning industrial agriculture and lands of the Bolivarian Republic of Venezuela on ensuring safety and phytosanitary requirements for the export of wheat and its processed products from the Russian Federation to the Bolivarian Republic of Venezuela. Concluded in Caracas, Moscow 10.04.2017-02.05.2017. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 Aug. 2020.

BELYAEV, V. P.; CHAPCHIKOV, S. Y.; BELYAEVA, G. S.; BUTOVA, E. V.; KRYLOVA, Y. A. Conceptual foundations of legal security and its provision: evolution of approaches. **Journal of Advanced Research in Law and Economics**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 912-916, 2018.

BELYAEVA, G. S.; BELYAEV, V. P. On the issue of some areas of optimization of the mechanism for ensuring national security in Russia. National security. **Nota Bene**, [S. l.], v. 5, n. 58, p. 37-46, 2018. (em russo)

BROWN, M. E.; FUNK, C. C. **Food security under climate change science**, [S. l.], v. 319, p. 580-581, 2008.

CARVALHO, F. P. Agriculture, pesticides, food security and food safety. **Environmental Science & Policy**, [S. l.], v. 9, n. 7-8, p. 685-692, 2006.

DADALCO, V. A. On food security in the context of the national and economic security of the state. **Business security**, [S. l.], n. 1, p. 20-23, 2014. (em russo)

DONDOKOV, C. S.; LIPICH, O. A. On the issue of food security in the region. **State power and local government**, [S. l.], n. 6, p. 46-51, 2016. (em russo)

KORNYUSHKINA, A. Y.; MARKHGEYM, M. V.; NOVIKOVA, A. E.; DORONINA, O. N.; ZAJCEV, S. Y. Minimization of human rights risks: the constitutional legal experience of post-soviet states. **Turkish online journal of design art and communication**, [S. l.], v. 7, n. S-APRLSPCL, p. 352-356, 2017.

MAKOGON, B. V.; MARKHGEYM, M. V.; MINASYAN, A. A.; NOVIKOVA, A. E.; YARYCHEV, N. U. Logical classification of legal procedural restrictions. **Revista Inclusiones**, [S. l.], v. 6, n. S2-5, p. 395-401, 2019.

MAXWELL, S. Food security: a post-modern perspective. **Food Policy**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 155-170, 1996.

Memorandum on the safety of plant products supplied from the Republic of Armenia to the Russian Federation (regarding the content of pesticides, nitrates and nitrites). Signed on 02.03.2009. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Memorandum between the Federal service for veterinary and phytosanitary surveillance (Russian Federation) and the Ministry of agriculture, forestry and water management of the Republic of Serbia on the safety of plant products supplied from the Republic of Serbia to the

Russian Federation (regarding the content of pesticides, nitrates and nitrites). Signed on 23.07.2009. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Memorandum between the Federal service for veterinary and phytosanitary surveillance of the Russian Federation and the Office of food safety Bureau of safety of drugs and food Ministry of health, labour and welfare of Japan, the fisheries Department of the Ministry of agriculture, forestry and fisheries of Japan on cooperation in the sphere of veterinary and sanitary and food sanitary safety of food fish, seafood and finished products from them. Signed on 29.03.2010. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Memorandum on cooperation between the Federal service for veterinary and phytosanitary surveillance (Russian Federation) and the Ministry of agriculture and rural Affairs of the Republic of Turkey in the field of quality and safety of grain and its processed products. Signed in Ankara on 12.05.2010. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Memorandum between the Federal service for veterinary and phytosanitary surveillance (Russian Federation) and the State Inspectorate for food safety and veterinary of the Ministry of agriculture of the Republic of Armenia, responsible for the safety of exported aquatic biological resources and products of their processing, on the terms of supply of fish, fish and seafood from the Republic of Armenia to the Russian Federation. Signed on 15.12.2010. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Memorandum between the Federal service for veterinary and phytosanitary surveillance and the national service for animal health and quality of agricultural products of Argentina, responsible for the safety of exported aquatic biological resources and products of their processing, on the terms of mutual supplies of fish, fish and seafood. Signed 21.03.2011. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Memorandum of understanding between the Federal service for veterinary and phytosanitary surveillance (the Russian Federation) and the Agency for control of plant and animal products (the Republic of Singapore), responsible for the safety of aquatic biological resources and products of their processing, on the terms of supply of fish and seafood from the Republic of Singapore to the Russian Federation. Signed 31.03.2011-23.05.2011. Disponível em: <http://www.consultant.ru>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PORTER, J. R.; XIE, L.; CHALLINOR, A. J. *et al.* Chapter 7: Food Security and Food Production Systems. In: Food security and food production systems. In: **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects.** Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, p. 485-533, 2014.

SEKHAMPU, T. J. Association of food security and household demographics in a South African Township. **International Journal of social sciences and humanity studies**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2017.

UN – United Nations. **Declaration of the world summit on food security.** Rome, 2009. Disponível em: http://www.un.org/ru/documents/decl_conv/declarations/pdf/summit2009_declaration.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

Como referenciar este artigo

BEZUGLYA, A. A.; CHALYKH, I. S.; KAMYSHANSKY, V. P.; MARKHGEYM, M. V.; NOVIKOVA, A. E. Análise educacional dos acordos bilaterais da Rússia sobre segurança alimentar. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 5, e022191, 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.17407>

Submetido em: 13/02/2022

Revisões requeridas em: 26/06/2022

Aprovado em: 28/10/2022

Publicado em: 30/11/2022

Processamento e edição por Editora Ibero-Americana de Educação - EIAE.

Correção, formatação, normalização e tradução.

É proibida a reprodução total ou parcial sem os devidos créditos.